

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.668 - RS (2019/0200299-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : IDIRCO JOSE MENIN
ADVOGADO : JANETE MARIA ZIMMERMANN - RS054404

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. OPÇÃO PELA RMI MAIS VANTAJOSA. TUTELA ESPECÍFICA. CONECTIVOS LEGAIS.

1. Apresentada a prova necessária a demonstrar o exercício de atividade sujeita a condições especiais, conforme a legislação vigente na data da prestação do trabalho deve ser reconhecido o respectivo tempo de serviço.
2. Se o segurado implementar os requisitos para a obtenção de aposentadoria pelas regras anteriores à Emenda Constitucional n.º 20/98, pelas Regras de Transição e/ou pelas Regras Permanentes, poderá inativar-se pela opção que lhe for mais vantajosa.
3. Determina-se o cumprimento imediato do acórdão naquilo que se refere à obrigação de implementar o benefício, por se tratar de decisão de eficácia mandamental que deverá ser efetivada mediante as atividades de cumprimento da sentença stricto sensu previstas no art. 497 do CPC/15, sem a necessidade de um processo executivo autônomo (sine intervallo).
4. O Supremo Tribunal Federal reconheceu no RE 870.947, com repercussão geral, a inconstitucionalidade do uso da TR, determinando a adoção do IPCA-E para o cálculo da correção monetária nas dívidas não-tributárias da Fazenda Pública.
5. Os juros de mora, a contar da citação, devem incidir à taxa de 1% ao mês, até 29-06-2009. A partir de então, incidem uma única vez, até o efetivo pagamento do débito, segundo o índice oficial de remuneração básica aplicado à caderneta de poupança.
6. Precedente do STF com efeito vinculante, que deve ser observado, inclusive, pelos órgãos do Poder Judiciário" (fl.346e).

Superior Tribunal de Justiça

Opostos Embargos de Declaração, foram providos, apenas, para fins de prequestionamento, nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DO RECURSO. PREQUESTIONAMENTO.

1. A acolhida dos embargos declaratórios só tem cabimento nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade e erro material. 2. Como os presentes embargos têm por finalidade prequestionar a matéria para fins de recurso especial e/ou extraordinário, resta perfectibilizado o acesso à via excepcional, nos termos do art. 1.025, do CPC/15. 3. Embargos de declaração providos em parte para efeitos de prequestionamento" (fl.366e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, além de negativa de prestação jurisdicional (art. 1.022 do CPC/15), violação aos arts. 58 da Lei 8.213/91; 57 e 58, ambos, do Decreto 2.172/97 e art. 66 e 68, Anexo IV, ambos, do Decreto 3.048/99 . Sustenta a parte recorrente, o seguinte:

1) Exposição do fato e do direito

Trata o presente recurso especial do **inconformismo do INSS quanto ao acórdão prolatado pela Colenda Turma do e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no tocante ao reconhecimento da atividade especial por exposição a agentes químicos após 05/03/1997 por avaliação meramente qualitativa.** Opostos embargos de declaração pelo INSS, a fim de sanar omissões no acórdão, bem como prequestionar a matéria legal, estes restaram improvidos.

A Corte Regional, rejeitar os embargos declaratórios, negou vigência ao art. 1.022 do Código de Processo Civil (CPC).

No tocante ao mérito, assim decidindo, o **Tribunal Regional contrariou dispositivos da legislação federal (Lei 8.213/91 - artigos 57 e 58, Decreto 2.172/97 – art. 66 e Anexo IV, Decreto 3.048/99 – art. 68 e Anexo IV).**

2) Demonstração do cabimento do recurso interposto Da decisão do TRF não cabe outro recurso na instância local, o que configura decisão de última instância (CF/88, art. 105, III). A matéria restou devidamente prequestionada no julgamento recorrido. A interpretação do Tribunal Regional é contrária à lei federal, hipótese autorizativa do Recurso Especial, conforme a CF/88, **art. 105, III, alínea 'a'.**

Presentes, pois, todos os requisitos para a admissão do Recurso Especial.

3) Da **contrariedade ao art. 1.022 do CPC** – nulidade da decisão recorrida por negativa da prestação jurisdicional

O CPC garante aos litigantes o direito a uma prestação jurisdicional clara, exata e sem omissões, a fim de que permita às partes a sua análise e o manejo dos recursos cabíveis.

O v. acórdão foi omissivo na apreciação da legislação, tendo o INSS interposto embargos de declaração para o esclarecimento da matéria e o prequestionamento da questão federal abordada nos embargos.

Ocorre, porém, que **a C. Turma, ao negar provimento aos embargos de declaração, limitou-se a afirmar que inexistia omissão a sanar.**

Especificamente, não foi apreciada pelo e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região a tese de que, para as atividades exercidas após 05/03/1997 (Decreto 2.172/97), a comprovação da exposição aos agentes químicos demanda uma avaliação quantitativa e não meramente qualitativa.

Ora, os embargos de declaração foram interpostos exatamente para elucidar a questão, visando buscar uma clara resposta jurisdicional, além de prequestionar o tema para ulterior insurgência especial.

Percebe-se, portanto, que o julgamento dos embargos configurou uma negativa da prestação jurisdicional, pois recusou às partes a solução de uma questão adequadamente colocada.

Tudo o que o INSS busca é um provimento completo, em homenagem ao princípio da ampla defesa. Os embargos de declaração 'não consubstanciam crítica ao ofício judicante, mas servem-lhe ao aprimoramento. Ao apreciá-los, o órgão deve fazê-lo com espírito de compreensão, atentando para o fato de consubstanciarem verdadeira contribuição da parte em prol do devido processo legal' (STF-2ª Turma, AI 163.047-5- PR-AgRg-EDcl, rel. Min. Marco Aurélio, j. 18.12.95, receberam os embargos, v.u., DJU 8.3.96, p. 6.223, 2ª col., em.).

O dispositivo do art. 1022, II, do CPC, não foi respeitado pelo órgão julgador: o Tribunal a quo recusou-se a enfrentar omissões no acórdão, razão pela qual deve ser anulada a decisão, retornando os autos para pronunciamento sobre as questões abordadas nos embargos de declaração.

(...)

5) Tempo especial. Exposição a agentes químicos após 05-03-1997. Necessidade de avaliação quantitativa.

É cediço que a análise dos agentes químicos poderá ser qualitativa (quando a comprovação da presença do agente é suficiente para enquadrar a atividade como especial) ou quantitativa (quando é necessária a demonstração de que a exposição ultrapassa os limites de tolerância). **A escolha do critério de avaliação dependerá da legislação vigente na data da prestação do serviço.**

Para os períodos trabalhados até 05/03/1997, véspera da publicação do Decreto 2.172, de 1997, será considerada exclusivamente a relação de substâncias descritas nos anexos dos Decretos 53.831/1964 (código 1.0.0) e 83.080/1979 (código 1.0.0, Anexo I).

A relação dos agentes químicos contidas nesses anexos é exaustiva. A avaliação da exposição desse agente, neste período, será sempre qualitativa, por presunção de exposição.

O método de avaliação muda completamente a partir da edição do Decreto 2.172/97 para o quantitativo, pois se utiliza do mesmo método adotado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela FUNDACENTRO. Assim, só poderá ser considerado especial o período se, e apenas se, ultrapassados os limites de tolerância.

Períodos trabalhados de 06/03/1997 a 18/11/2003 (de acordo com o Anexo IV dos Decretos nºs 2.172/1997 e 3.048/1999). Será considerada exclusivamente a relação de substâncias descritas no Anexo IV do Decreto 2.172/1997 (de 06/03/1997 a 06/05/1999) ou do Decreto 3.048/1999 (de 07/05/1999 a 18.11.2003). A relação dos agentes químicos contidas nesse anexo é exaustiva. A avaliação no período será quantitativa, salvo no caso do benzeno (Anexo 13-A da NR-15).

Períodos trabalhados a partir de 19/11/2003 (de acordo com o Anexo IV do Decreto nº 3.048/1999). Será considerada exclusivamente a relação de substâncias descritas no Anexo IV do Decreto 2.172/1997 (de 6.3.1997 a 6.5.1999) ou do Decreto 3.048/1999 (de 7.5.1999 a 18.11.2003). A avaliação no período será quantitativa, salvo no caso do benzeno (Anexo 13-A da NR-15). A metodologia e procedimentos passam a ser os definidos conforme as Normas de Higiene Ocupacional da FUNDACENTRO (NHO).

Limites de tolerância. Os limites de tolerância continuam sendo os contidos na NR-15.

Após a edição do Decreto 2.172/97, há necessidade de aferição da intensidade dos agentes químicos (exceto benzeno), bem como comprovação de sua superação para fins de consideração de atividade especial. Isso em razão do seu art. 66, § 1º, que determina:

Superior Tribunal de Justiça

Art. 66. (...)

No mesmo sentido, o art. 68, § 11, do Decreto 3.048/99, com a redação conferida pelo Decreto 4.882/2003:

Art. 68. (...)

Deve-se observar, ainda, que as normas sobre a matéria devem ser interpretadas restritivamente, pois a própria Constituição, como regra geral, veda a adoção de critérios diferenciados e a ressalva que faz ('que prejudiquem a saúde') está reservada à regulamentação por Lei Complementar.

Por essa razão, é completamente descabida a utilização de método revogado pela legislação previdenciária, o qual não mais atende nem mesmo aqueles utilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela FUNDACENTRO.

No caso em apreço, a Corte Especial dispensou a avaliação quantitativa, entendendo suficiente a mera presença do agente no ambiente de trabalho, independentemente do nível de concentração.

Ao permitir o reconhecimento da especialidade do labor desenvolvido pelo autor no período posterior a 05/03/1997, em razão de mera avaliação qualitativa dos agentes químicos (salvo benzeno), **o acórdão recorrido viola o art. 58 da Lei 8.213/91**, que estabelece que a relação dos agentes nocivos será definida em decreto do Poder Executivo, bem assim o Decreto 2.172/97 (art. 66 e Anexo IV) e o Decreto 3.048/99 (art. 68 e Anexo IV), que estabelecem a avaliação quantitativa para os agentes químicos (exceto benzeno)" (fls. 380/385e).

Por fim, "uma vez demonstrada contrariedade a dispositivos de lei federal, nos termos da fundamentação supra, o INSS pede seja o recurso conhecido e provido, a fim de que seja reformado o acórdão quanto ao reconhecimento da atividade especial por agentes químicos, por avaliação meramente qualitativa, para períodos posteriores a 05/03/1997, julgando-se improcedente o pedido da parte autora, com inversão do ônus da sucumbência. Se assim não entender a C. Turma, o INSS requer a anulação da decisão que rejeitou os embargos de declaração, por afronta ao artigo 1.022 do CPC, para que o Tribunal Regional profira outra, suprimindo as omissões apontadas" (fl. 385e) .

Com contrarrazões, o Recurso foi admitido na origem (fls.408/409e).

O Recurso Especial merece prosperar quanto à alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Quanto a esse ponto, verifica-se que a parte recorrente opôs Embargos de Declaração, na origem, suscitando, no que interessa:

"O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, pela Procuradora Federal infrafirmada, vem, com fundamento no artigo 1022 do Código de Processo Civil, interpor EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ao v. acórdão dessa Colenda Turma, pelos fundamentos a seguir expostos:

I – DAS RAZÕES DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO

A decisão embargada encerra omissões que devem ser sanadas por meio dos presentes embargos, viabilizando o prequestionamento da matéria legal e permitindo o acesso aos Tribunais Superiores.

Dessa forma se justifica a necessidade de conhecimento e provimento dos presentes aclaratórios, analisando-se os dispositivos legais indicados para fins de prequestionamento.

II - DA ATIVIDADE ESPECIAL POR EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS APÓS 05/03/1997. NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA (NR-15). OMISSÃO.

O acórdão embargado deu provimento à apelação da parte autora, reconhecendo a especialidade das atividades exercidas no período de 08/09/1999 a 18/11/2003, sob o fundamento de que o laudo pericial judicial produzido na Justiça do Trabalho indicou que o fornecimento de EPI eficaz somente ocorreu a partir de 12/03/2012.

À evidência, porém, a decisão padece, data venia, de omissão na análise da prova (art. 371 do CPC), na medida em que deixou de observar que o mesmo laudo pericial indicou que a exposição aos agentes químicos ocorreu dentro dos limites de tolerância, sendo irrelevante a inexistência de EPI eficaz no período, como bem registrou a sentença recorrida:

'Quanto aos agentes químicos, estes se encontravam dentro dos limites de tolerância previsto na Norma Regulamentadora nº 15, conforme avaliações técnicas efetuadas pela empregadora, e que basearam o parecer técnico do perito laboral, motivo pelo qual é despiciendo o escrutínio acerca da efetividade ou não das medidas de proteção adotadas pela COMIL para eliminação dos riscos químicos'.

É cediço que a análise dos agentes químicos poderá ser qualitativa (quando a comprovação da presença do agente é suficiente para

enquadrar a atividade como especial) ou quantitativa (quando é necessária a demonstração de que a exposição ultrapassa os limites de tolerância). A escolha do critério de avaliação dependerá da legislação vigente na data da prestação do serviço.

Para os períodos trabalhados até 05/03/1997, véspera da publicação do Decreto nº 2.172, de 1997, será considerada exclusivamente a relação de substâncias descritas nos anexos dos Decretos nºs 53.831/1964 (código 1.0.0) e 83.080/1979 (código 1.0.0, Anexo I). A relação dos agentes químicos contidas nesses anexos é exaustiva. A avaliação da exposição desse agente, neste período, será sempre qualitativa, por presunção de exposição.

O método de avaliação muda completamente a partir da edição do Decreto 2.172/97 para o quantitativo, pois se utiliza do mesmo método adotado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela FUNDACENTRO. Assim, só poderá ser considerado especial o período se, e apenas se, ultrapassados os limites de tolerância.

Períodos trabalhados de 06/03/1997 a 18/11/2003 (de acordo com o Anexo IV dos Decretos nºs 2.172/1997 e 3.048/1999). Será considerada exclusivamente a relação de substâncias descritas no Anexo IV do Decreto nº 2.172/1997 (de 06/03/1997 a 06/05/1999) ou do Decreto nº 3.048/1999 (de 07/05/1999 a 18.11.2003). A relação dos agentes químicos contidas nesse anexo é exaustiva. A avaliação no período será quantitativa, salvo no caso do benzeno (Anexo 13-A da NR-15).

Períodos trabalhados a partir de 19/11/2003 (de acordo com o Anexo IV do Decreto nº 3.048/1999). Será considerada exclusivamente a relação de substâncias descritas no Anexo IV do Decreto nº 2.172/1997 (de 6.3.1997 a 6.5.1999) ou do Decreto nº 3.048/1999 (de 7.5.1999 a 18.11.2003).

A avaliação no período será quantitativa, salvo no caso do benzeno (Anexo 13-A da NR-15). A metodologia e procedimentos passam a ser os definidos conforme as Normas de Higiene Ocupacional da FUNDACENTRO (NHO).

Limites de tolerância. Os limites de tolerância continuam sendo os contidos na NR-15.

Após a edição do Decreto 2.172/97, há necessidade de aferição da intensidade dos agentes hidrocarbonetos, bem como comprovação de sua superação para fins de consideração de atividade especial. Isso em razão do seu art. 66, § 1º, que determina:

(...)

Deve-se observar, ainda, que as normas sobre a matéria devem ser

interpretadas restritivamente, pois a própria Constituição, como regra geral, veda a adoção de critérios diferenciados e a ressalva que faz ('que prejudiquem a saúde') está reservada à regulamentação por Lei Complementar.

Por essa razão, é completamente descabida a utilização de método revogado pela legislação previdenciária, o qual não mais atende nem mesmo aqueles utilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela FUNDACENTRO. Ademais, ante o caráter contributivo da Previdência Social (art. 201, caput, da CF/88), toda e qualquer interpretação que privilegie o tempo ficto deve estar embasada em lei expressa. Tal reconhecimento viola também a cláusula de separação dos poderes (art. 2º, da CF/88), visto que ao magistrado não é dado o poder de atuar como legislador positivo, bem como afronta ao princípio da isonomia (art. 5º, da CF/88), visto estaria conferindo o mesmo tratamento dispensado àquelas pessoas que, por lei, fazem jus ao reconhecimento da especialidade. Além disso, afronta diretamente o princípio da seletividade (art. 194, III, da CF/88) e a regra de contrapartida ou princípio da precedência de custeio total (art. 195, § 5º, da CF/88), visto que não se pode estender benefício àqueles não contemplados pela lei, sobretudo quando inexistente prévia fonte de custeio total.

Ao permitir o reconhecimento da especialidade do labor desenvolvido pelo autor no período posterior a 05/03/1997, em razão de mera avaliação qualitativa dos agentes químicos (salvo benzeno), a decisão embargada é omissa quanto ao disposto no art. 58 da Lei 8.213/91, que estabelece que a relação dos agentes nocivos será definida em decreto do Poder Executivo:

(...)

Desconsidera, também, a competência privativa do Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução dos atos legislativos (art. 84, IV, da CF/88)" (fls. 353/356e).

Apesar disso, a questão não foi objeto de análise, pois, da leitura do acórdão que proveu os Embargos de Declaração, somente, para fins de prequestionamento, ficou consignado, apenas:

"Trata-se de embargos declaratórios opostos contra acórdão desta Sexta Turma.

O embargante sustenta, em síntese, que o voto condutor do acórdão encerra um dos vícios tipicamente previstos (art. 1.022, CPC/15) e que deve ser corrigido pela via dos embargos declaratórios, inclusive

para fins de prequestionamento.

É o breve relatório.

Inicialmente, cumpre esclarecer que cabem embargos de declaração quando, na decisão prolatada, houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material, nos termos do art. 1.022, CPC/15. Assim, o recurso em tela não objetiva o rejugamento da causa, mas tão somente o aperfeiçoamento de decisão anteriormente proferida. Trata-se, aliás, de remédio que somente combate vícios intrínsecos ao decisor, e não a ele exteriores (MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao Código de Processo Civil. vol. V. Rio de Janeiro: Forense, 2005).

Pela fundamentação invocada no voto condutor do acórdão embargado, não se observa a ocorrência das hipóteses ensejadoras do recurso em apreço. Como a decisão está devidamente fundamentada, com a apreciação dos pontos relevantes e controvertidos da demanda, não se verifica omissão. Também não apresenta contradições, já que a conclusão se coadunou com a fundamentação. Tampouco há 'inexatidões materiais' uma vez que a decisão contemplou a questão de fato posta e a exteriorizou adequadamente. Por fim, igualmente não se verifica obscuridade já que a decisão foi clara em relação aos pontos controvertidos.

Verifica-se, portanto, que o pleito do recorrente é no sentido de rediscutir o mérito da decisão. Porém, salvo situações excepcionais, a eventual discordância quanto à valoração dos fatos apresentados, não pode ser objeto de discussão em embargos de declaração. Nesse mesmo sentido:

(...)

Por fim, como os presentes embargos têm por finalidade prequestionar a matéria para fins de interposição de recurso especial e/ou extraordinário (art. 1.025, do CPC/15), dou por prequestionada a matéria versada nos dispositivos legais e constitucionais apontados pelo embargante, nos termos das razões de decidir já externadas no voto, deixando de aplicar aqueles não expressamente mencionados no acórdão e/ou tidos como aptos a fundamentar o pronunciamento judicial em sentido diverso do declinado.

Ante o exposto, **voto por dar parcial provimento aos embargos de declaração, exclusivamente para fins de prequestionamento, inalterado o resultado do julgamento**" (fls. 363/365e).

Por sua vez, do acórdão que julgou o Recurso de Apelação, extrai-se o

seguinte teor:

"(...)

A parte autora, por sua vez, apela, reiterando o pedido de reconhecimento do tempo especial de 08-09-99 a 18-11-03 em razão dos agentes químicos, conforme laudo da justiça do trabalho. Requer a sucumbência fixada somente para o INSS, conforme o novo CPC.

(...)

Desse modo, **a questão que remanesce controversa cinge-se ao tempo especial de 08-09-99 a 18-11-03** bem como aos consectários.

DA ATIVIDADE ESPECIAL

O reconhecimento da especialidade de determinada atividade é disciplinado pela lei em vigor à época em que efetivamente exercida, passando a integrar, como direito adquirido, o patrimônio jurídico do trabalhador. Desse modo, uma vez prestado o serviço sob a égide de legislação que o ampara, o segurado adquire o direito à contagem como tal, bem como à comprovação das condições de trabalho na forma então exigida, não se aplicando retroativamente uma lei nova que venha a estabelecer restrições à admissão do tempo de serviço especial.

(...)

c) **a partir de 06-03-1997**, data da entrada em vigor do Decreto n.º 2.172/97, que regulamentou as disposições introduzidas no art. 58 da Lei de Benefícios pela Medida Provisória n.º 1.523/96 (convertida na Lei n.º 9.528/97), passou-se a exigir, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial, a comprovação da efetiva sujeição do segurado a agentes agressivos por meio da apresentação de formulário-padrão, embasado em laudo técnico, ou por meio de perícia técnica.

d) a partir de 01-01-2004, o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) passou a ser documento indispensável para a análise do período cuja especialidade for postulada (art. 148 da Instrução Normativa n.º 99 do INSS, publicada no DOU de 10/12/2003). Tal documento substituiu os antigos formulários (SB-40, DSS-8030, ou DIRBEN-8030) e, desde que devidamente preenchido, inclusive com a indicação dos profissionais responsáveis pelos registros ambientais e pela monitoração biológica, exime a parte da apresentação do laudo técnico em juízo.

(...)

Quanto aos agentes químicos, os riscos ocupacionais gerados não requerem a análise quantitativa de sua concentração ou intensidade máxima e mínima no ambiente de trabalho, dado que são caracterizados pela avaliação qualitativa. Ao contrário do que ocorre com alguns agentes agressivos, como, v.g., o ruído, calor, frio ou eletricidade, que exigem sujeição a determinados patamares para que reste configurada a nocividade do labor, no caso dos tóxicos orgânicos e inorgânicos, os Decretos que regem a matéria não trazem a mesma exigência, para fins previdenciários, pois a exposição habitual, rotineira, a tais fatores insalutíferos é suficiente para tornar o trabalhador vulnerável a doenças ou acidentes. Nessa linha:

(...)

Das perícias por similaridade

Cumprе ressaltar que as perícias realizadas por similaridade ou por aferição indireta das circunstâncias de trabalho têm sido amplamente aceitas em caso de impossibilidade da coleta de dados in loco para a comprovação da atividade especial. Nesse sentido, vejam-se os seguintes precedentes desta Corte:

(...)

DO CASO EM ANÁLISE

O período controverso em que se pretende o reconhecimento da atividade como especial está assim detalhado: 08-09-99 a 18-11-03.

Neste período, segundo o PPP da empresa (ev.1, PPP8), **havia exposição a ruídos de 88 dB(A) - inferior ao nível exigido para o período - e agentes químicos - cobre, ferro, manganês e níquel, com uso de EPIs.**

O laudo pericial judicial realizado na justiça do trabalho (ev. 1, laud10 p. 308) indica que o fornecimento de EPIs para os agentes químicos somente ocorreram a partir de 13-01-12, posterior, portanto, ao período controverso.

Assim, devido o reconhecimento da especialidade do período de 08- 09-99 a 18-11-03.

Dos Equipamentos de Proteção Individual

Acerca desses equipamentos, conforme anteriormente explanado, registra-se que o perito judicial informou não ter sido comprovado o seu fornecimento no intervalo ora reconhecido como de exercício de atividade especial, motivo pelo qual deixo de determinar o sobrestamento do feito, conforme determinação contida no voto do Relator para admissão do IRDR nº 15/TRF4 (5054341-77.2016.4.04.0000/SC), no sentido de suspenderem-se os

Superior Tribunal de Justiça

processos em trâmite na Justiça Federal da 4ª Região em que se discuta acerca da prova hábil à comprovação da eficácia dos EPIs para elidir os agentes nocivos, e consequentemente, afastar o reconhecimento da atividade especial.

Desse modo, o período especial de 08-09-99 a 18-11-03, passível de conversão pelo fator 1,40, deve ser acrescentado ao tempo incontestado reconhecido na sentença.

(...)

Ante o exposto, voto por não conhecer da remessa oficial, **dar provimento ao recurso do autor, negar provimento ao recurso do INSS** e determinar a implantação do benefício" (fls. 333/345e).

O provimento do Recurso Especial por contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, atual art. 1.022, II, do CPC/2015 pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, os seguintes motivos: **(a)** que a questão supostamente omitida tenha sido invocada na Apelação, no Agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuide de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; **(b)** a oposição de Aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanar a omissão em relação ao ponto; **(c)** que a tese omitida seja fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderá conduzir à sua anulação ou reforma; **(d)** a inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão.

Tais requisitos são **cumulativos** e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

In casu, entendo presentes tais pressupostos a evidenciar a patente violação do art. 1.022, II, do CPC/2015.

Com efeito, da análise do acórdão recorrido, verifica-se que, não obstante a alegação nos Embargos de Declaração (fls. 353/356e), onde o recorrente insiste que "não foi apreciada pelo e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região a tese de que, para as atividades exercidas após 05/03/1997 (Decreto 2.172/97), a comprovação da exposição aos agentes químicos demanda uma avaliação quantitativa e não meramente qualitativa" (fl. 382e). E que "o método de avaliação muda completamente a partir da edição do Decreto 2.172/97 para o quantitativo, pois se utiliza do mesmo método adotado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela FUNDACENTRO. Assim, só poderá ser considerado especial o período se, e apenas se, ultrapassados os limites de tolerância" (fl. 383e), observo que o **Tribunal de origem não examinou tal alegação**, limitando-se a decidir, em sede de aclaratórios, pela ausência de vícios, haja vista que o acórdão analisou de forma eficiente os pontos relevantes da demanda

Portanto, tendo ocorrido omissão acerca do exame de questão invocada nos

Superior Tribunal de Justiça

Embargos de Declaração opostos na origem, apontando a referida omissão, furtando-se, o Tribunal de origem, mesmo assim, a se manifestar acerca do referido ponto, o qual possui patente relevância, a ponto de conduzir à modificação do julgado regional, somado à inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente à manutenção do acórdão regional, **impõe-se acolher a preliminar de violação do art. 1.022, II, do CPC/2015**, para determinar o retorno dos autos para que seja sanada a omissão apontada.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou parcial provimento** ao Recurso Especial, para anular o acórdão que julgou os Embargos Declaratórios e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento, sanando-se o vício apontado. Restam prejudicadas, por conseguinte, as demais questões.

I.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora